
SER Social

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL
Brasília, v. 24, n. 50, janeiro a junho de 2022

Capitalismo e Insustentabilidade: ambiente, mercadoria e humanidade

Marx and the fundamental unsustainability of capital:
economy and humanity

Título em espanhol: Capitalismo e insostenibilidad:
medio ambiente, mercancía y humanidad

Julio Cesar Pereira Monerat¹
<https://orcid.org/0000-0002-9994-7127>

Recebido em: 13/01/2020

Aprovado em: 02/12/2020

Resumo: Dois grandes eixos têm pautado o debate ambiental contemporâneo: um que o faz de uma perspectiva *a-histórica* em que uma *humanidade genérica* relaciona-se com a natureza da qual é dicotomicamente separada, e outro no qual se privilegia uma abordagem histórica e socialmente contextualizada. Apesar das diferenças, ambos aproximam-se no tema de fundo: a questão dos limites. Mais especificamente, ambos os eixos acabam por restringir seu alcance crítico ao debate sobre os limites externos ao capitalismo. Propomos a explicitação da insustentabilidade do capital a partir de seus próprios limites internos em duas dimensões intimamente vinculadas: uma insustentabilidade econômica que se manifesta nas crises de

¹ Licenciado em História (FIC), Mestrado em Geografia (UFJF). Doutorado em Serviço Social (UERJ).

superprodução e uma insustentabilidade humana que se fundamenta no fetichismo da mercadoria. Essas duas dimensões revelam-nos que a crítica, para ser efetiva, ao invés de dirigir-se aos limites externos ao capital, deve concentrar-se nos limites que são postos pela lógica imanente e contraditória do capital.

Palavras-chaves: Ambiente. Sustentabilidade. Capitalismo. Economia. Ontologia.

Abstract: Two major axes have guided the contemporary environmental debate: one that makes it from an a-historical perspective in which a generic humanity is related to the nature from which it is dichotomously separated and another in which a historical and socially contextualized approach is privileged. Despite the differences, both approach the main theme: the question of limits. More specifically, both axes end up restricting their critical reach to the debate about the limits external to capitalism. We propose to make explicit the unsustainability of capital from its own internal limits in two closely linked dimensions: an economic unsustainability that manifests itself in crises of overproduction and a human unsustainability that is based on the fetishism of commodity. These two dimensions reveal to us that criticism, in order to be effective, instead of addressing the limits external to capital, must focus on the limits that are set by the immanent and contradictory logic of capital.

Keywords: Environment. Sustainability. Capitalism. Economics. Ontology

Resumen: Dos grandes ejes han guiado el debate ambiental contemporáneo: uno que lo hace desde una perspectiva ahistórica en la que una humanidad genérica se relaciona con la naturaleza de la que se separa dicotómicamente, y otro que privilegia un enfoque contextualizado histórica y socialmente. A pesar de sus diferencias, ambos son cercanos en el tema de fondo: la cuestión de los límites. Más específicamente, ambos ejes terminan restringiendo su alcance crítico al debate sobre los límites externos del capitalismo. Proponemos explicar la insostenibilidad del capital desde sus propios límites internos en dos dimensiones íntimamente ligadas: una insostenibilidad económica que se manifiesta en las crisis de sobreproducción y una insostenibilidad humana que se fundamenta en el fetichismo de la mercancía. Estas dos dimensiones nos revelan que la crítica, para ser efectiva, en lugar de

abordar los límites externos del capital, debe enfocarse en los límites que marca la lógica inmanente y contradictoria del capital.

Palabras clave: Ambiente. Sustentabilidad. Capitalismo. Economía. Ontología.

Introdução

Reconhecendo a diversidade de abordagens relativas ao debate ambiental contemporâneo, mas buscando estabelecer uma análise que seja capaz de identificar alguns de seus traços mais gerais, separamos essas abordagens em dois grandes eixos do ecologismo: um primeiro que privilegia uma perspectiva a-histórica em que uma humanidade genérica relaciona-se com a natureza da qual é dicotomicamente separada e que se constitui num *ecologismo capitalista*; e outro no qual se privilegia uma abordagem *histórica e socialmente contextualizada* e que identificaremos como *ecologismo crítico*.

Para o ecologismo capitalista a solução dos problemas ambientais passaria pelo desenvolvimento de *soluções técnicas* que seriam articuladas a mudanças de *valores e atitudes* adotados pelos seres humanos em suas genéricas individualidades. Esse eixo entende a humanidade como *somatório de indivíduos*, numa clara vinculação às escolas econômicas clássicas e neoclássicas. A visão de ecologia que informa essa perspectiva terá como matriz o fundamento econômico daí advindo: além do individualismo metodológico, o entendimento de que a economia é a gestão de recursos limitados frente a necessidades ilimitadas. Junte-se a isso a ideia de que essa gestão deva resultar do automatismo do mercado. Não há qualquer referência às classes sociais e, quando chegam a mencionar a dimensão política, fazem-no em conformidade com aquele individualismo ideal e com a democracia formal. Tampouco se referem à historicidade.

As análises em conformidade com o ecologismo crítico entendem que os problemas ambientais são relacionados à sociabilidade capitalista. A crise ambiental não pode ser entendida a partir da relação de uma humanidade genérica com a natureza, mas sim a partir da compreensão da forma sócio-histórica na qual essa humanidade organiza-se para produzir e reproduzir sua vida, ou seja, a crise ambiental deve ser analisada a partir do metabolismo do capital.

Os objetivos deste artigo, portanto, são:

1) Apresentar a conceituação de sustentabilidade para o ecologismo capitalista e para ecologismo crítico.

2) Apontar criticamente que, apesar de suas diferenças, os dois eixos do ecologismo identificam a crise ambiental como *decorrência da ultrapassagem* dos limites ambientais, mas mostram-se incapazes de identificar o fundamento para essa dinâmica na lógica imanente expansiva do valor – algo impossível para o ecologismo capitalista.

3) Indicar, na trilha de Marx (2013), os fundamentos dessa necessária ultrapassagem dos limites ambientais pelo capital e, com isso, postular uma outra definição de sustentabilidade.

Propomos, então, a explicitação da *insustentabilidade do capital* a partir de seus próprios limites enfatizando que ela pode ser captada, para fins de exposição, em duas dimensões intimamente vinculadas: uma *insustentabilidade econômica* do próprio capital, que se manifesta nas crises de superprodução, e uma *insustentabilidade humana*, que decorre da vigência das relações capitalistas e, mais especificamente, do *fetichismo da mercadoria*.

Do desenvolvimento sustentável à crítica aos limites do capitalismo

A resposta à crise ambiental começou a ser elaborada pelo ecologismo capitalista ainda na década de 1970, e foi sintetizada no Relatório Meadows (*Os Limites do Crescimento*), cujo diagnóstico indicava a contradição entre a finitude dos recursos naturais e o caráter expansivo do *desenvolvimento* – que deve ser entendido como desenvolvimento capitalista, posto que, “tanto no sentido de que o limite teórico e prático da sua intervenção é o capitalismo (e apenas o capitalismo), quanto no sentido de que ao fazê-lo projetam o capitalismo (uma imagem dele, ao menos) como figura inexorável do futuro da humanidade” (BONENTE, 2014, p. 275).

O diagnóstico dos problemas ambientais foi aprofundado no ano de 1987 no *Relatório Brundtland*, elaborado no âmbito das Nações Unidas, no qual era apresentado o conceito de *desenvolvimento sustentável*, que significa a *satisfação das necessidades do presente sem com isso colocar sob ameaça o atendimento das necessidades das futuras gerações* (ONU, 2015). Já na Conferência das Nações

Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em 2012, no Brasil, o ecologismo capitalista, efetivando sua hegemonia no debate ambiental, chega à proposição de uma *Economia Verde* que, por meio de inovações técnicas e medidas de mercadorização da natureza, postulava ser capaz de colocar *limites econômicos* à depredação ambiental. Apesar da prevalência de uma dimensão meramente econômica, o debate ambiental acabou incorporando novas dimensões ao longo dos anos, o que pode ser verificado nos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* (ODS) (ONU, 2015), que preveem o combate à fome e à pobreza, dentre outras pautas sociais.

Buscando encontrar o fundamento analítico dos relatórios dos problemas ambientais elaborados sob a hegemonia do ecologismo capitalista, verifica-se a prevalência do que podemos identificar como *crematização* da ecologia. Como indica Martínez-Alier (2017), o termo remete-nos a Aristóteles que distinguia entre *oikonomia*, que significava o cuidado da casa (*oikós*, em grego), e crematística, referente à obtenção de ganhos monetários. No ecologismo capitalista, a crematística prevalece em relação ao cuidado da *casa*, entendida como o planeta Terra, daí que as soluções técnicas e a mercadorização da natureza fundamentem as *soluções* para os problemas ambientais. Luiz Marques (2015, p. 481) assim sintetiza essa tese:

Adotar soluções inovativas para aumentar a eficiência da relação insumo/produto ou produto/lixo, e a segurança ambiental (e outras) nos processos produtivos, bem ao contrário de diminuir a competitividade da empresa, aumenta-a, pois é um processo gerador de valor, seja em termos de gestão de risco, seja em termos de imagem de marca, seja enfim em termos de resultados financeiros efetivos. Se isso é verdade, então sair na frente, pôr-se na vanguarda de processos econômicos de menor impacto e risco ambiental, garantirá um diferencial de rentabilidade em relação à taxa média de lucro.

Formas variadas de mercadorização da natureza têm sido desenvolvidas ao longo dos últimos anos de modo que a depredação e a poluição passariam a ter um custo que inibiria sua prática. Por outro lado, preservar também seria precificado, de forma que os opostos *poluir* e *preservar* passariam a ser negociáveis e mutuamente neutralizados, conforme o ecologismo capitalista. O sistema REED

(Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação) é um claro exemplo dessa mediação da *preservação* e da *destruição* pelo mercado. Enfim, o “melhor dos mundos” conforme o ecologismo capitalista: a natureza mercadorizada seria simultaneamente preservada e fonte de lucro para novos negócios capitalistas.

Os resultados práticos das propostas vinculadas ao ecologismo capitalista têm mostrado reduzido alcance para a efetivação da sustentabilidade ambiental. Dentre os obstáculos ao sucesso dessa perspectiva encontra-se a impossibilidade de colocar-se em prática uma economia circular – que se relaciona à ecoeficiência tecnológica: aumento da produção sem aumento proporcional da pressão sobre ecossistemas - em um modo de produção que se fundamenta justamente na autoexpansão (SÁ BARRETO, 2018). Na prática, o chamado “efeito rebote” tem levado a que “o aumento da demanda por energia ou por recursos naturais sempre tende a compensar o ganho de ecoeficiência da inovação tecnológica” (MARQUES, 2015, p. 482). Junte-se a isso a impossibilidade de internalização do custo ambiental. Mesmo considerando a dificuldade de estabelecerem-se preços para os impactos ambientais, utilizando-se de cálculos do relatório *Natural Capital at Risk. Top 100 externalities of business* citado por Marques “conclui que nenhum setor regional de alto impacto gera lucros suficientes para cobrir seus impactos ambientais” (MARQUES, 2015, p. 486).

Em compensação, a associação daquilo que se identifica como *imagem da empresa* à sustentabilidade faz com que os gastos publicitários sejam de importância estratégica nessa temática. Mais importante *que ser* sustentável é preciso *parecer* sustentável. Estudo da Fundação Dom Cabral com 400 companhias de diferentes tamanhos, também citado por Marques, indica que “para 91% das empresas, o que está por trás da preocupação com a sustentabilidade é o benefício para a imagem da empresa” (MARQUES, 2015, p. 486). Isto é, em muitos casos, trata-se apenas do chamado marketing verde, ou mero *greenwashing*, que se constitui na publicidade que usa os apelos da sustentabilidade para angariar a simpatia de um público preocupado com os impactos ambientais de seu consumo.

Sinteticamente o debate sobre a crise ambiental conforme o ecologismo capitalista acaba restringindo-se a três temas:

superpopulação, recursos e resíduos (FOLADORI, 2001). Temas esses que possuem um denominador em comum: são limites externos com os quais uma humanidade genericamente compreendida defronta-se, e não o modo de produção capitalista. Conforme analisa Foladori (2001, pp. 101-2)

esses limites externos se expressam como mais população do que o ecossistema é capaz de suportar, ou seja, o limite da capacidade de suporte humano do ecossistema Terra; como escassez de recursos diante das crescentes necessidades sociais, isto é, o limite que supõe recursos finitos ou renováveis a ritmos mais lentos que sua extração; e/ou como poluição do meio ambiente a uma velocidade que a natureza não consegue reciclar, ou seja, o limite natural de reciclagem do ecossistema Terra.

Assim sendo, o contexto histórico-social sequer é mencionado, de forma que o capitalismo é de “naturalizado” como única sociabilidade possível e, assim sendo, como horizonte dentro qual devem “caber” as soluções dos problemas ambientais.

O ecologismo crítico considera que a insustentabilidade como decorrente do próprio capitalismo. Destaquemos dois autores que tomam parte nesse debate. O primeiro deles é James O’Connor no ensaio *¿Es posible el capitalismo sostenible?* (2002), que identificará *duas contradições do capitalismo*: uma interna e relacionada à produção de mais-valor e outra associada aos efeitos ambientais e sociais do processo de valorização. A primeira contradição, segundo O’Connor, é decorrente da relação entre capital e força de trabalho. Os capitalistas, ao buscarem a redução dos custos com a mão de obra por meio da diminuição dos salários e do desemprego decorrente do aumento da produtividade, acabam gerando uma crise de demanda. A segunda contradição do capitalismo decorre das condições gerais para a permanência da acumulação: manutenção de infraestrutura (comunicações, transportes etc.), condições externas (ambientais) e sociais (custos do trabalho). Num primeiro momento, o capital nega-se a custear as despesas relativas à manutenção daquelas condições, mas, num segundo momento, elas passam a ser internalizadas, isto é, mercadorizadas, em decorrência das pressões de movimentos

ambientais e sociais contra os impactos decorrentes da degradação ambiental e de suas condições de vida.

O segundo autor é Elmar Altvater que, no livro *O preço da riqueza* (1995), aponta para a impossibilidade ecológica de generalização do modelo capitalista já que o desenvolvimento industrial que lhe caracteriza “do ponto de vista ecológico, reporta-se aos bens comuns, às reservas energéticas e de matérias-primas, enquanto *input*; e ao meio ambiente, enquanto depósito para as emissões industriais, enquanto *output*” (ALTVATER, 1995; p. 27), trazendo consequências ambientais. Altvater deixa clara a questão dos limites ao enfatizar a impossibilidade de uma segunda utilização dos recursos, pois ela só “não seria problemática se o meio ambiente não fosse limitado, se a capacidade das biosferas e das esferas abióticas fosse ilimitada” (ALTVATER, 1995; p. 27).

Altvater resgata o conceito de *entropia* tal como definido pela *segunda lei da termodinâmica*, que descreve a incapacidade do sistema converter em trabalho a *totalidade* da energia recebida, ou seja, as trocas energéticas acabam ocasionando um “resíduo”, normalmente na forma de calor, que não pode ser utilizado. Levando esse conceito da Física para a produção capitalista, Altvater defende que o modelo industrial capitalista acabaria por levar necessariamente a uma maior desordem do sistema – ou seja, ao aumento de sua entropia - devido a seu caráter permanentemente expansivo. Situação essa que tão somente não se consolida porque a sociedade industrial consegue manter uma dinâmica *antientrópica* ao utilizar-se de enormes e concentradas quantidades de energia, notadamente energias fósseis, acumuladas ao longo de milhares de anos por meio de processos geomorfológicos. A insustentabilidade do capitalismo decorreria da sua dependência das energias fósseis não renováveis.

Enfim, cientes que do ecologismo capitalista não poderia advir mais do que as propostas de mercadorização da natureza, interessa-nos realizar a análise dos autores vinculados ao ecologismo crítico.

O'Connor identifica o limite com a “segunda contradição do capital” que, por sua vez, decorre da “primeira contradição”, de forma que os limites ambientais são um desdobramento do aumento dos custos advindos do conflito entre capital e trabalho. Mas falta-lhe explicitar o que determina o movimento contraditório do capital,

especialmente porque O'Connor concentra sua ênfase analítica na “externalização” e na transferência dos custos:

los capitales individuales por defender o restaurar sus ganancias recortando o externalizando sus costos producen, como un efecto no deseado, la reducción de la “productividad” de las condiciones de producción, lo cual a su vez eleva los costos promedio (...) Puede ocurrir que grandes presiones económicas provenientes de la demanda (o de los costos, o de ambos a la vez), surgidas a consecuencia de la sobreproducción de capital (o de la subproducción, o de ambas) fueren a los capitales individuales a tratar de restaurar las ganancias mediante una mayor externalización de sus costos, esto es, transfiriendo mayores costos al ambiente, la tierra y las comunidades. (O'CONNOR, 2002, pp. 41 e 44).

Altvater identifica o capitalismo com aquilo que ele denomina “fossilismo/fordismo” de forma que se pode concluir que o fim do capitalismo decorreria de um esgotamento das fontes energéticas fósseis que garantem o ritmo produtivo do fordismo. Mas é também Altvater quem defende que o fim do capitalismo decorreria de “golpes violentos de fora em combinação com alternativas” (ALTVATER, 2010, p. 277) no interior do sistema. Ao vincular de uma maneira tão íntima capitalismo e fossilismo-fordismo, Altvater acaba restringindo sua crítica a um elemento tecnológico – energético, para ser mais exato. Isso nos leva a duas críticas principais: 1) acreditar que mudanças tecnológicas (energéticas) seriam capazes de ocasionar a superação de um modo de produção, significa cair em um determinismo tecnológico que não se justifica historicamente (KATZ, 1996); 2) o capitalismo já tem iniciado o uso dos agrocombustíveis sem que com isso deixe de ser capitalismo (HOUTART, 2010), o que demonstra a capacidade de o capital enfrentar supostos limites físicos simplesmente mudando a tecnologia sem com isso deixar de ser capital.

Duas colocações devem ser feitas nesse momento: a primeira é que não se podem considerar de maneira absoluta os limites externos colocados à expansão do capital. Talvez seja mesmo melhor indicar que esses limites externos podem ser antes de tudo limites à vida humana no planeta, o que nos leva a uma preocupação com o risco permanente que o capital representa para a humanidade. A segunda

colocação, no entanto, chama a atenção para o enfoque da nossa crítica: *acreditar que a aproximação daqueles limites externos coloca-se como indicador de crise final do capitalismo que teria, enfim, encontrado limites intransponíveis para a valorização é um equívoco*. Nós, porém, enfatizamos criticamente: o capital pode muito bem valorizar-se por meio de um desenvolvimento que combine formas ambientalmente sustentáveis a outras destrutivas e ambas as dinâmicas sendo precificadas, mercadorizadas. Créditos de carbono, pagamentos por serviços ambientais e todas as demais formas de mercadorização da natureza constituem-se exemplos de precificação da destruição que, contudo, não obstaculizam a expansão capitalista, bem como a adoção de modelos ambientalmente sustentáveis (ainda que localizados), tais como a bioeconomia a eficiência energética, abrem novas fronteiras de expansão do capital.

Exemplo atualíssimo dessa dinâmica de superação dos obstáculos ambientais pelo capital pode ser verificado na pandemia de Covid-19, que representa uma *amostra concentrada* da crise ambiental (BRUM, 2020). Se por um lado as medidas de isolamento social adotadas para o enfrentamento da pandemia significaram um obstáculo ao fluxo do capital, por outro, tais obstáculos não atingem igualmente a totalidade das pessoas e dos capitais. Aos mais pobres e vulneráveis o contágio e a morte são mais ameaçadores, enquanto ao grande capital abrem-se oportunidades de expansão. Em um mundo no qual o contato humano passou a ser visto como perigoso (KLEIN, 2020), as grandes corporações – Google, Amazon, Visa, Mastercard, Netflix, Facebook, Microsoft, dentre outras gigantes – expandem seu poderio, o que se manifesta no crescimento das vendas e pagamentos *on-line*, dos serviços de entrega (com a precarização do trabalho), das ferramentas de trabalho remoto, dos serviços de *streaming*, enfim, a crise como incremento da concentração de capital. E tudo isso complementado pelo socorro do fundo público até a prevalência da lógica mercantil no desenvolvimento de vacinas e medicamentos contra a Covid-19, também dominado por corporações do ramo farmacêutico (FALCÃO; SILVA, 2020).

Nesse sentido, concordamos com Chesnais e Serfati (2003, p. 62) quando afirmam:

O capital não põe em perigo suas próprias condições de reprodução e de funcionamento ao destruir ou danificar gravemente o ambiente natural. Segundo nossa compreensão, por essas destruições cada vez mais graves e, em alguns casos, irreversíveis, o capital põe em perigo as condições de vida e a própria existência de certas comunidades, e até mesmo de certos países. Mas ele não coloca diretamente em perigo as condições de sua dominação. (...) No que concerne às condições “externas”, “ambientais” de seu funcionamento, o capital, bem como os Estados que embasam sua dominação e as classes sociais que a ele são ligadas, têm os meios tanto para suportar as consequências dessa destruição de classes, comunidades e Estados mais fracos, quanto para transformar a “gestão de recursos que se tornam raros” e “reparação das degradações” em campos de acumulação (“em mercados”) subordinados ou subsidiados.

Enfim, identificando que a crítica ao capitalismo não pode se restringir a uma crítica aos limites ambientais como se esses representassem sua crise terminal, mostra-se necessário apontarmos, a partir de Marx, de onde vem o fundamento do caráter expansivo do capital e, nesse sentido identificar sua efetiva incontrollabilidade e insustentabilidade.

As insustentabilidades do capital

Como já afirmamos, desenvolveremos a ideia de limites do capitalismo e, conseqüentemente de sua insustentabilidade, referenciando-nos em Marx e enfocando duas dimensões dessa insustentabilidade: a econômica e a humana. No debate econômico, o foco estará nos limites colocados ao capital pelo próprio capital no processo de valorização. De uma maneira sintética: na permanente contradição decorrente das leis que regem a valorização ampliada do capital, o que implica em “eliminar” progressivamente do processo produtivo justamente o elemento que produz o mais-valor, ou seja, a força de trabalho. Esse é um limite interno porque essa força de trabalho geradora de valor é incorporada ao capital na condição de capital variável, ou seja, na sua dinâmica de autovalorização. As consequências dessa dimensão econômica podem ser verificadas nas recorrentes crises de superprodução e nas dinâmicas destrutivas engendradas para suas superações.

A outra dimensão da insustentabilidade não é propriamente uma insustentabilidade do capital, mas sim dele decorrente, refere-se ao que Marx define como obstáculos postos pelo capital ao “desenvolvimento do indivíduo social”. Por essa expressão estamos entendendo a impossibilidade do estabelecimento de relações humanas *transparentes* da humanidade entre si e com a natureza no seio da sociabilidade capitalista. Isso porque essa sociabilidade fundamenta-se em relações mediadas pela mercadoria, cujo fetichismo torna opaca as aquelas relações. Verificaremos que a forma mercantil impede tanto o desenvolvimento do indivíduo social quanto o estabelecimento de relações de coevolução entre sociedade e natureza.

Essa divisão da insustentabilidade do capital em duas dimensões objetiva o atendimento de necessidades meramente expositivas, tendo em vista que, na materialidade da vida, elas se encontram articuladas.

Insustentabilidade e economia

Identificando que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (MARX, 2013; p.113), Marx coloca-se como objetivo o entendimento dessa coisa simultaneamente trivial e fantasmagórica que é a mercadoria. Marx verifica que a mercadoria é uma *unidade contraditória* de valor de uso e valor. Por ser portadora de valor de uso, a mercadoria deve ter a capacidade de atender determinadas necessidades humanas, seja do corpo ou da fantasia. Como portadora do valor, indica-se que sua produção é voltada não ao autoconsumo, mas ao mercado, para ser trocada por outra em dada proporção. Marx desvenda que a proporcionalidade da troca mercantil fundamenta-se na própria condição da mercadoria enquanto resultado do trabalho humano em determinadas condições técnicas e sociais:

Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho (...) não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [*Gallerte*] de trabalho humano indiferenciado, i.e., de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio (MARX, 2013, p. 115).

Considerando-a como “geleia” de tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, Marx chega à categoria *valor* para identificar aquela proporcionalidade em que as mercadorias são trocadas no mercado. O desenvolvimento da troca por meio das formas relativa e equivalente do valor levará à consolidação da *forma dinheiro*.

A autonomização do dinheiro, na condição de meio de troca, possibilita sua *metamorfose em capital*, o que, por sua vez, desenvolve-se por meio de um processo de valorização em que o agora dinheiro-capital deve gerar, ao fim e ao cabo, *um valor a mais* que aquele inicialmente adiantado. O dinheiro deixa de ser mero intermediário da troca para tornar-se seu objetivo, desde que ampliado após a troca, fazendo com que capital defina-se como valor que se valoriza. É esse o fundamento da lógica expansiva do capital, que certamente não é observado pelo ecologismo capitalista e acaba também escapando ao ecologismo crítico, que precisamos compreender para que tenhamos a exata dimensão da insustentabilidade do capital.

Já na seção inicial de *O Capital*, Marx (2013) descreve a produção de mercadorias como uma dinâmica necessariamente expansiva, isso porque a troca torna social a totalidade dos trabalhos privados que são mensurados pelo valor – a medida do tempo de trabalho socialmente necessário. Entretanto, esse reconhecimento do trabalho de cada produtor como parcela da totalidade dos trabalhos sociais só acontece *post festum*, obrigando cada produtor a adequar seu tempo de trabalho individual àquela totalidade. Produzir mais em menos tempo possibilita ao produtor que o faz um maior acesso à riqueza social que tem a forma valor, determinando o continuado aumento da produtividade.

Contraditoriamente, porém, quando o novo padrão de produtividade é generalizado para os demais produtores, os tempos de trabalho voltam àquela proporcionalidade que antes vigorava. A contradição é que a riqueza social terá crescido ainda que o valor tenha retornado à proporção de medida de tempo de trabalho socialmente necessário, o que leva a uma necessária retomada do ciclo de elevação da produtividade em escala sempre ampliada. Enfim, a contradição entre riqueza material e valor é superada, isto é, suprimida e recolocada em patamares continuamente expandidos.

Essa dinâmica tem implicações para o ambiente, afinal, para o incremento da produtividade maiores parcelas da natureza são incorporadas à valorização. *A ultrapassagem dos limites ambientais é determinada pelo fundamento do capital: sua valorização.* É nessa condição de obstáculos à valorização que o capital busca superar os limites ambientais, o que se concretiza na mercadorização da natureza. E esse é um processo que pode ocorrer tanto acentuando as dinâmicas destrutivas – o aquecimento global abre a possibilidade de um mercado de carbono – quanto ambientalmente sustentável – a produção de orgânicos, a eficiência energética. Em ambas as situações prevalecem a mercadorização da natureza e, portanto, possibilidade de a expansão do capital. É por meio do aprofundamento da mercadorização da natureza, ou seja, de sua inserção na dinâmica da valorização, que o capital converte obstáculos ambientais em fronteiras de expansão.

Divergindo da economia hegemônica, verifica-se que virtualmente ilimitada é a “necessidade” de valorização do próprio capital, e não as necessidades humanas. Assim, retornamos a Marx que, nos *Grundrisse*, assim considera a questão dos limites:

Mas o capital, como representante da forma universal da riqueza – do dinheiro –, é o impulso ilimitado e desmedido de transpor seus próprios limites. Cada limite é e tem de ser obstáculo para ele. Caso contrário, deixaria de ser capital – o dinheiro que se produz a si mesmo. Tão logo deixasse de sentir um determinado limite como obstáculo, mas se sentisse à vontade nele como limite, o próprio capital teria degenerado de valor de troca a valor de uso, da forma universal da riqueza a uma existência substancial determinada dela. O capital enquanto tal cria um mais-valor determinado porque não pode pôr de uma vez um mais-valor ilimitado; ele é o movimento contínuo de criar mais mais-valor. O limite quantitativo do mais-valor aparece para o capital somente como barreira natural, como necessidade que ele procura incessantemente dominar e transpor. (MARX, 2011, p. 261).

Esse reconhecimento da capacidade adaptativa do capital na superação dos obstáculos ambientais não pode, entretanto, deixar de considerar a recolocação das contradições em níveis cada vez mais aprofundados. E ainda que a mercadorização da natureza revele-se um

mecanismo de superação da crise ambiental, há que se considerar a contradição que também é suprimida e recolocada pelo capital em sua relação com a *força de trabalho*.

Em uma sociabilidade cuja mediação é a mercadoria, a classe destituída dos meios de produção precisa ofertar no mercado sua única mercadoria: a força de trabalho. Essa força de trabalho tem uma capacidade especial de criar um valor além daquele que custa ao capital reproduzi-la, valor esse que é incorporado à mercadoria na totalidade da jornada de trabalho contratada pelo capitalista. Um valor a mais que é apropriado pelo capitalista, constituindo-se na fonte de seu lucro. Nas palavras de Marx, é essa

diferença de valor que o capitalista tem em vista quando compra a força de trabalho” [pois] o processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias (MARX, 2013, p. 230).

Marx fala da “unidade dos processos de trabalho e valorização”, isto é, não há uma separação visível entre a reprodução das condições de produção e a valorização do capital, implicando na impossibilidade verificar em que momento os meios de produção e a força de trabalho reproduzem-se enquanto tais e aquele em que o mais-valor é produzido. Uma dinâmica que se aprofunda na medida em que o capital contraditoriamente incorpora a força de trabalho à dinâmica de valorização como “capital variável”. Essa incorporação faz parecer que o processo de valorização decorra de uma relação do capital consigo mesmo nas formas de *capital constante e variável*.

Esse mais-valor criado no processo de trabalho precisa realizar-se no processo de troca. Daí que as mercadorias devam dirigir-se ao mercado para que a troca efetive-se e o mais-valor realize-se. É no mercado que se estabelece a concorrência entre os diferentes capitalistas individuais, por meio da qual se verificará qual ou quais capitalistas terão condições de continuar a participar do processo de valorização. Essa disputa permanente entre os capitais singulares

leva-os, como já visto, à necessidade de reduzir o valor das suas mercadorias produzidas. Em consonância com a lógica imanente expansiva já analisada, é necessário que os capitais incrementem a produtividade da força de trabalho que empregam por meio da elevação da composição orgânica do capital, o que se dá pela ampliação da proporção de capital fixo em relação ao capital variável empregado na produção mercantil.

Fundamentalmente o que nos interessa destacar com relação à elevação da composição orgânica do capital é que ela se efetiva como eliminação da força de trabalho do processo produtivo. Como já dissemos acima que essa força de trabalho é incorporada ao capital na forma de capital variável, estamos em condição de verificar essa dimensão da insustentabilidade do capital sob duas perspectivas: 1) enquanto *aparência* o capital encontra-se diante do limite estabelecido pelo próprio capital ao ter que reduzir do processo produtivo aquela sua parte que é responsável pela valorização: o capital variável; 2) enquanto *essência*, porém, estamos diante da relação de contradição entre capital e trabalho posta como um *limite ao capital*, já que, nessa relação, por mais contraditório que isso seja, o capital não pode eliminar totalmente o trabalho sob pena de deixar de ser capital.

Se essa é uma dinâmica que “funciona” ao considerarem-se os capitais individuais, é preciso não perder de vista os problemas dela decorrentes quando se considera o processo global de produção capitalista. Na busca pelo aumento da produtividade que lhe permite enfrentar a concorrência intercapitalista, cada capital individual aumenta suas respectivas composições orgânicas e dispensa a força de trabalho produtora de valor. Mas quando se considera que a totalidades dos capitais globalmente estão inseridos nessa dinâmica, estaremos diante de uma *redução global do valor produzido*. A concretização dessa redução do valor produzido deve ser vista não como uma crise de demanda, mas sim de um excesso de capital diante de possibilidades de valorização reduzidas, ou seja, como uma crise de *superprodução de capital*.

A crise do capital revela-se como superprodução de capital: capital em demasia para poder retornar ao processo produtivo *gerando* mais-valor. Ou seja, não é uma crise de realização, mas do impedimento

do retorno do capital já realizado ao circuito produtivo com garantias mínimas de valorização, o que se revela um efetivo *limite ao capital*, caracterizando sua *insustentabilidade econômica do capital*, que se manifesta na “lei da queda tendencial da taxa de lucro” (MARX, 2017).

É preciso ainda identificar dois fundamentos da lógica do capital conjugados: sua desmedida e sua irracionalidade. Enquanto a *desmedida* manifesta-se na ocorrência de um valor impossibilitado de retornar ao processo produtivo, a *irracionalidade* explicita-se no caráter simultaneamente expansivo e destrutivo que o capital adotará na tentativa de contornar a crise. O fundamento expansivo apresenta-se espacialmente como imperialismo, como mercadorização da natureza e com a ampliação da exploração da classe trabalhadora. O fundamento destrutivo mostra-se como 1) corolário do imperialismo: a guerra; 2) como consequência da mercadorização da natureza: destruição ambiental e oportunidades de lucros “ambientais” para o capital; 3) desdobramento da maior exploração da força de trabalho: aumento da produtividade e, conseqüentemente, dos “sobrantes” do sistema. Como já dissemos, a lógica imanente expansiva do capital é o fundamento da ultrapassagem dos limites pelo capital. Nem por isso as consequências ambientais e sociais da lógica expansiva são detonadores automáticos da derrocada final do modo de produção capitalista e tampouco indicam sua eternização (GRESPLAN, 2012).

Insustentabilidade e humanidade

A forma mercadoria coloca-nos diante daquilo que entendemos como insustentabilidade humana do capital porque ela é o obstáculo fundamental ao desenvolvimento do indivíduo social, tal como definido por Marx. A insustentabilidade humana das relações mediadas pela mercadoria constituem-se um limite não para o capital, mas pra a própria humanidade. Para compreendê-la, retornemos ao *misterioso mundo da mercadoria* guiados por Marx (2013, pp.141-2), que nos alerta que “uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Sua análise resulta em que ela é uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e melindres teológicos”.

No mercado, em condições que escapam ao controle de seus produtores, os produtos são trocados. É lá que “a igualdade dos trabalhos

humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho”, o que faz com que “finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho” (MARX, 2013, p. 142). Situação que leva Marx a indagar e na sequência responder: “De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma” (MARX, 2013, p. 142).

Aprofundando o desvelamento do caráter misterioso da mercadoria, Marx (2013, pp. 142-3) aponta que

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprasensíveis ou sociais. (...) É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.

É pela troca que os trabalhos individuais tornam sociais não somente o produto dos trabalhos independentes, mas por meio dos produtos, tornam social também os produtores: “os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores”. Estamos diante do processo de *reificação* já que para os produtores “as relações sociais entre seus trabalhos privados *aparecem* como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas” (MARX, 2013, p. 143; grifo meu). O fetichismo da mercadoria caracteriza-se então por essa situação em

que não são os produtores que se relacionam através de seus trabalhos, mas justamente as mercadorias tornam-se sujeitos da relação, ou seja, *relações sociais entre coisas*.

A mera “tomada de consciência” da reificação não é suficiente para superá-la. Afinal, a reificação não é mero fruto de um desvio da consciência, mas a aparência real das relações sociais postas pela forma mercadoria: “as relações sociais entre seus trabalhos privados *aparecem como aquilo que elas são*”. Inseridos na reificação,

os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem (MARX, 2013, p. 144).

Fantasmagoricamente o mundo das mercadorias “vela materialmente [*sachlich*], em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados” (MARX, 2013, p. 145). E por velar tais relações sociais entre trabalhadores privados é que o capital constitui-se num obstáculo para o desenvolvimento do indivíduo social, portanto, como uma *insustentabilidade humana*.

Finalizando: relações transparentes

Depois de identificarmos as insustentabilidades econômica e humana do capital, é preciso permanecer na companhia de Marx para concluir que a efetiva superação da crise ambiental implica na superação da forma social mercadoria – o que não é explicitado pelos ecologismos – por ser ela o fundamento da lógica expansiva da valorização e da desumanização decorrente da reificação. Superação essa cuja forma não chegou a ser explicitamente definida por Marx, mas cujo esboço pode ser verificado no trecho:

O produto total da associação é um produto social, e parte desse produto serve, por sua vez, como meio de produção. Ela permanece social, mas outra parte é consu-

mida como meios de subsistência pelos membros da associação, o que faz com que tenha de ser distribuída entre eles. O modo dessa distribuição será diferente de acordo com o tipo peculiar do próprio organismo social de produção e o correspondente grau histórico de desenvolvimento dos produtores. (...) Sua distribuição socialmente planejada regula a correta proporção das diversas funções de trabalho de acordo com as diferentes necessidades. Por outro lado, o tempo de trabalho serve simultaneamente de medida da cota individual dos produtores no trabalho comum e, desse modo, também na parte a ser individualmente consumida do produto coletivo. As relações sociais dos homens com seus trabalhos e seus produtos de trabalho permanecem aqui transparentemente simples, tanto na produção quanto na distribuição (MARX, 2013, p. 147).

Relações “transparentemente simples” como condição para o desenvolvimento do indivíduo social que implicam em superação da mercadoria, enfim do metabolismo regido pelo capital. Esse é o horizonte da crítica aos fundamentos ontológicos do capital que acreditamos ser fundamental. Analisamos as críticas aos limites ambientais do capitalismo e verificamos suas insuficiências – ainda que reconheçamos suas importâncias, principalmente daquelas críticas do capitalismo. Avançamos pela crítica à insustentabilidade do capital que se manifesta nas crises de superprodução e, enfim, chegamos ao que entendemos como insustentabilidade humana como decorrente do metabolismo do capital. Reconhecemos o fundamento humanista da crítica assim construída, mas acreditamos também ser esse fundamento humanista a base para a crítica e a práxis verdadeiramente, humanamente emancipatórias.

Referências

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

ALTVATER, Elmar. **O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BONENTE, Bianca Imbiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica:** por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. In: Marx e o Marxismo v.2, n.3, ago/dez 2014. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/68>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRUM, Eliane. **O vírus somos nós (ou uma parte de nós).** El País, 25/03/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-25/o-virus-somos-nos-ou-uma-parte-de-nos.html>. Acesso: 03 jun. 2020.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. **“Ecologia” e condições físicas da reprodução social:** alguns fios condutores marxistas. Crítica Marxista, São Paulo: Boitempo, v. 1, n. 16, 2003.

FALCÃO, Matheus; SILVA, Clara Alves. **O que foi destaque na Assembleia Mundial da Saúde.** Outra Saúde, 20/05/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/o-que-foi-destaque-na-assembleia-mundial-da-saude/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas (SP): Editora da Unicamp/São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital:** o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

KATZ, Claudio. **O enfoque marxista da mudança tecnológica.** In: Katz, Claudio; Coggiola, Osvaldo: Neoliberalismo ou crise do capital?: Sete teses sobre as novas tecnologias da informação, 2ª ed., São Paulo: Xamã, 1996.

KLEIN, Melanie. **Coronavírus pode construir uma distopia tecnológica.** The Intercept Brasil, 13/05/2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/05/13/coronavirus-governador-nova-york-bilionarios-vigilancia/>. Acesso: 11 jul. 2020.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental.** Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2015.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política, Livro III – O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011 (edição digital).

O'CONNOR, James. **¿Es posible el capitalismo sostenible?** In: ALIMONDA, H. Ecologia Política: naturaleza, sociedade y utopia. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 13/10/2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso: 22 abr. 2020.

SÁ BARRETO, Eduardo. **O capital na estufa**: para a crítica da economia das mudanças climáticas. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.